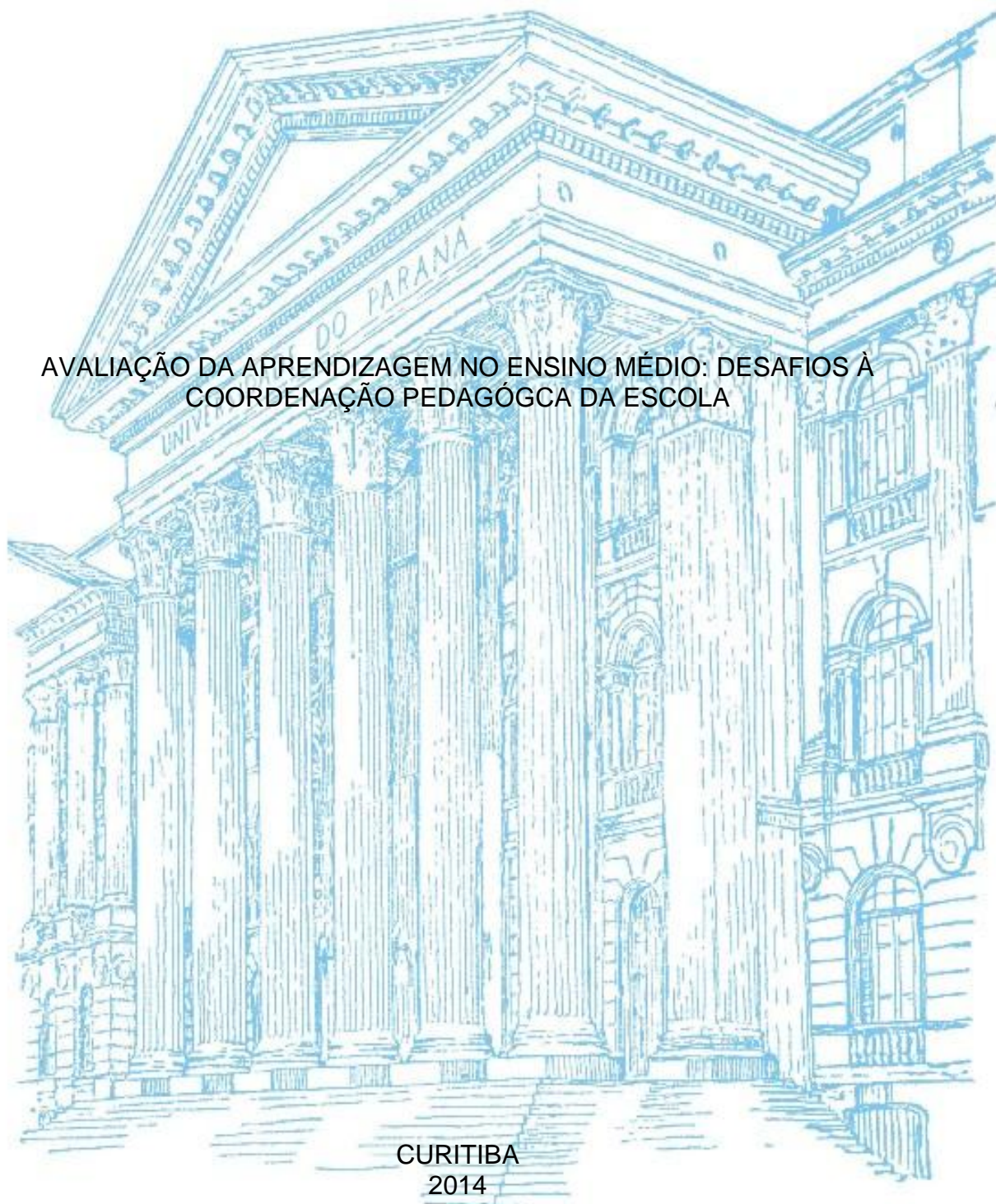


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

JANETE DUTRA

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS À
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA



CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

JANETE DUTRA

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS À
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA

Trabalho apresentado como requisito à
obtenção do grau de especialista no Curso de
Especialização em Coordenação Pedagógica,
Setor de Educação, Universidade Federal do
Paraná.

Orientador (a): Paulo Fioravante Giareta

CURITIBA
2014

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS À COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA

JANETE DUTRA*

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo compreender qual o papel que as atividades de avaliação tem desempenhado nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas e o papel do coordenador pedagógico neste processo. Para tanto foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica acerca da temática onde evidenciou-se que as práticas pedagógicas tem estreita ligação com a avaliação da aprendizagem do aluno, as inquietações teóricas sobre as práticas avaliativas desenvolvidas na escola e os aspectos legais que embasam o processo de avaliação na escola. Para aprofundar a reflexão sobre a temática desenvolveu-se também uma pesquisa de campo onde foram entrevistados três professores do Colégio Estadual Dom Carlos – Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante, escola da rede estadual de ensino do município de Palmas – Paraná que oferta Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), Ensino Médio Regular (1º ao 3º ano), Formação de Docentes, Curso Técnico em Informática e Administração, e conta no ano de 2014 com um total de 1307 alunos matriculados. Neste sentido, a partir das entrevistas pode-se analisar os desafios da avaliação na perspectiva do professor. A partir dos dois focos da pesquisa (bibliográfico e campo) pode-se constatar que a avaliação é regida por preceitos legais, que orientam para que a avaliação seja o mais democrática possível e leve em consideração todos os momentos do processo educativo, não ocorrendo de forma estanque em alguns momentos do processo, porém em muitas práticas é isso que se visualiza. O papel do coordenador pedagógico por sua vez é o de articular este trabalho, agregando um planejamento da sua ação pedagógica na escola com uma ação eficaz junto ao grupo de professores com os quais atua e assessoramento técnico à gestão da escola.

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem, Legislação, Desafios, Coordenação Pedagógica.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo se propõe a analisar a avaliação no contexto da escola. Na atualidade existem inúmeras discussões sobre o tema da avaliação, especialmente a avaliação da aprendizagem diante do cenário educacional e social que está posto.

O interesse sobre a temática da avaliação tem crescido constantemente, resultado das novas teorias, paradigmas e debates em torno da educação.

*Artigo produzido pela aluna Janete Dutra do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação do professor Paulo Fioravante Giaretta. E-mail: janete@hbc.g12.br

Estes debates têm sido realizados nos diversos eventos: fóruns, grupos de estudo, congressos e outros eventos que buscam discutir a necessidade de se refletir a temática proposta, especialmente no que se refere diretamente ao processo de ensino e aprendizagem.

Ao se debater o tema da avaliação, discutem-se também temas como o envolvimento, participação e autonomia, enquanto elementos que também tem sido cobrados no ambiente educacional. Isto porque acredita-se que o aluno é o sujeito na construção do seu próprio conhecimento e que o professor deve atuar como sendo o mediador e orientador no processo de aprendizagem, refletindo na necessidade de mudanças nos critérios de avaliação.

Mesmo com tantos debates e uma literatura vasta sobre o tema, observa-se, ainda, que as discussões sobre a intencionalidade da avaliação e os discursos sobre a necessidade de mudança nas suas concepções não são recentes, e que muitos projetos já foram instaurados com o intuito de propor novas formas de avaliar.

Os avanços científicos e tecnológicos exigem cada vez mais uma educação de qualidade, justamente porque a sociedade ainda é excludente e a escola não pode se restringir a repetir dentro de seu ambiente o que acontece na sociedade, ao contrário, precisa incluir e acolher.

E ao exercermos, na escola, um processo avaliativo que classifica, acabamos por fazer opções por instrumentos excludentes também. Assim, a escola, a didática, o currículo escolar e, sobretudo a avaliação são reflexos de uma complexa estrutura de relação de poder.

O interesse pelo tema da avaliação da aprendizagem, portanto, surgiu das reflexões e aprendizagens feitas, pela autora, durante a caminhada enquanto professora e pedagoga, onde pode perceber que a avaliação da aprendizagem é um tema bastante complexo e de extrema importância, tanto para o trabalho do professor quanto para o aluno. Assim, nos sentimos motivada a conhecer mais sobre essa prática, para ampliar nossos conhecimentos, o que favorecerá nossa atuação como docente.

A avaliação é um tema que está no centro do debate no cenário educativo nacional, estadual, regional e local. Na escola este tema é debatido com mais frequência do que se possa pensar, o tema compõe grande parte da

fala dos professores, pois apesar de amplamente discutido, ainda angustia a todos no ambiente escolar.

Isso porque quando um aluno é avaliado em seu desempenho escolar, geralmente se buscam “desculpas” para o insucesso deste, seja na falta de acompanhamento familiar, desinteresse, indisciplina entre outros.

E, mesmo que os professores estejam constantemente revendo sua prática dificilmente se discute a avaliação como sendo ainda seletiva, excludente, quantitativa e somativa, que valoriza o resultado final e não o processo, quando tudo nos leva a entender que ela deveria incluir, priorizando a qualidade, e sendo realizada no decorrer do processo de ensino e de aprendizagem, agindo inclusive sobre a forma de organização curricular da escola e contribuindo para a coleta de informações que ajudasse a equipe pedagógica a investigar as falhas e pontos positivos na aprendizagem do aluno.

Assim questionamos: Qual o papel que as atividades de avaliação têm desempenhado nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas, levando-se em consideração a forma como ocorre o processo de avaliação da aprendizagem dos alunos, nas disciplinas dos professores que buscam superar formas de avaliação tradicionais?

Para responder estas indagações propõe-se como objetivos: Compreender qual o papel que as atividades de avaliação têm desempenhado nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas; Destacar quais são os instrumentos de avaliação utilizados pelos professores e que tem se mostrado eficazes para fornecer indicadores confiáveis sobre as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos; Evidenciar as condições de apoio efetivo que a escola tem oferecido aos professores que procuram superar a tradição, promovendo inovações nas suas práticas avaliativas.

O presente texto está assim organizado, no primeiro momento uma breve introdução sobre a temática em questão, caminhando, na sequência por uma revisão de literatura evidenciando a metodologia adotada, os trabalhos selecionados para análise, principais conclusões e pontos de análise.

2 A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM COMO DESAFIO À ESCOLA

2.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A presente pesquisa se caracteriza por dois aspectos metodológicos, o primeiro é uma revisão de literatura que, de acordo com Mancini e Sampaio (2006, p. 1) se caracteriza pela:

Análise e pela síntese da informação disponibilizada por todos os estudos relevantes publicados sobre um determinado tema, de forma a resumir o corpo de conhecimento existente e levar a concluir sobre o assunto de interesse. Existem diversos tipos de estudos de revisão e cada um deles segue uma metodologia específica.

Para a realização deste estudo foram seguidas algumas etapas sugeridas pela literatura: identificação do tema, busca na literatura de artigos relacionados à pesquisa, seleção dos artigos, análise dos mesmos e construção dos resultados.

Estabeleceu-se como questão norteadora para esta revisão de literatura: qual a produção de conhecimentos científicos sobre a avaliação escolar? Na sequência foi efetuado um levantamento de artigos científicos publicados e indexados no banco de dados eletrônico SciELO, referentes ao tema da pesquisa, no período de 2010 a 2014.

A partir dos resultados encontrados foi realizada uma análise dos dados buscando identificar o título do artigo, autor, objetivo do estudo, metodologia utilizada pelo autor, resultados, ano e periódico da publicação.

A pesquisa tem abordagem qualitativa, a qual busca a “obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes” (LÜDKE e ANDRÉ, 2003, p. 204)

Dessa forma, esta abordagem qualitativa possui o ambiente natural como fonte de dados e o pesquisador como principal instrumento. Portanto, para este tipo de pesquisa é necessário um contato direto do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada.

Os materiais obtidos na mesma possuem muitas descrições de pessoas, situações e acontecimento, e todos os dados são importantes, assim, o pesquisador deve recolher o maior número possível de dados presentes na situação estudada (LÜDKE e ANDRÉ, 2003).

Para complementar o estudo foi desenvolvida uma pesquisa de campo que se consistiu na aplicação de uma entrevista semiestruturada. A entrevista semiestruturada, utilizada aqui, possui um esquema básico de questões, mas que não foi aplicado com rigidez, permitindo assim, que o entrevistador fizesse algumas intervenções ao longo do processo da entrevista.

Este método de coleta de dados permite, a captação da informação, permitindo, também, “correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam mais eficaz na obtenção das informações desejadas” (LÜDKE e ANDRÉ, 2003, p. 34).

Os sujeitos que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa são professores de uma escola da Rede Estadual de Ensino no município de Palmas, Estado do Paraná.

Após a leitura e análise da literatura que compõem o trabalho e aplicação das entrevistas foi realizada a análise deste material através da análise de conteúdo. Segundo Marconi e Lakatos (1996, p. 114), análise de conteúdo é “uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo evidente da comunicação”.

Para Oliveira (2002, p.141), é a “parte que apresenta os resultados obtidos na pesquisa e analisa-os sob o crivo dos objetivos e/ou das hipóteses. Assim, a apresentação dos dados é a evidência das conclusões e a interpretação consiste no contrabalanço dos dados com a teoria”.

Entende-se dessa forma, que a análise de conteúdo vem a ser o tratamento das informações coletadas durante a pesquisa. Essa etapa é de suma relevância para o desenvolvimento e finalização correta da pesquisa referente à avaliação escolar.

2.2 INQUIETAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A PRÁTICA AVALITIVA NA ESCOLA

Conforme já anunciado anteriormente, para embasamento teórico desta pesquisa foi efetuado um levantamento de artigos científicos publicados e indexados no banco de dados eletrônico SciELO, referentes à temática da avaliação na escola. Dos artigos encontrados foi selecionado um total de nove, publicados no período de 2010 a 2014.

O levantamento indica, de imediato, que a questão da avaliação tem sido considerada a partir de diferentes olhares e aspectos. Dos artigos analisados percebe-se que alunos, gestores, comunidade do entorno, familiares, professores e técnicos pedagógicos, cada um tem seu próprio ponto de vista sobre a avaliação e como ela pode ser encarada como um desafio que contribui para a melhoria da qualidade na educação.

Habituaamo-nos a considerar que a avaliação interfere na qualidade da educação na medida em que seus resultados contribuem para a melhoria ou não do desempenho da escola e dos alunos. No que se refere ao desempenho da escola Cardelli e Elliot (2010, p. 1) evidenciam que:

Os resultados da avaliação refletem que o bom desempenho dessa unidade escolar está associado, de maneira geral, a fatores como: participação da família e da comunidade na vida escolar, alta expectativa do professor com relação à aprendizagem dos alunos, participação ativa da equipe gestora, atenção dada às atividades realizadas no espaço escolar; realização de trabalho de casa pelos alunos; rede física conservada e acolhedora; proposta pedagógica definida com práticas contextualizadas e significativas, utilização de material de apoio pedagógico adequado.

Por outro lado, sabe-se que a avaliação escolar na grande maioria das práticas escolares está associada a uma prática obrigatória, onde os instrumentos são sempre os mesmos: provas escritas, trabalhos em grupo, isso porque o conceito de nota está atrelado a um resultado no final do ano, cuja meta é estabelecida pelos professores e os alunos precisam dar conta de alcançá-la para serem aprovados para o ano seguinte.

Conforme Esteban (2012, p. 1)

O exame, com seus procedimentos de generalização, classificação e encobrimento das singularidades, desvincula-se dos projetos de escolarização críticos à subalternização. A avaliação como prática coletiva que integra os diferentes sujeitos escolares na reflexão sobre o vivido, sobre os percursos realizados e sobre o muito que ainda se pode percorrer se mostra um processo relevante na dinâmica *aprendizagem-ensino* em articulação aos processos sociais

que conjugam democracia e libertação. Ao criticar os exames estandardizados, não me coloco contra a avaliação, pelo contrário, compartilho com outros a defesa da potencialidade de uma avaliação feita por todos numa escola pública que se deseja de todos.

Justamente por isso a avaliação tem se apresentado como um desafio, pois da forma como é realizada ela se torna excludente e classificatória, criando uma barreira entre alunos “bons” e alunos “ruins”.

A avaliação ainda é compreendida como o resultado da memorização de informações prontas que os alunos receberam dos educadores, a avaliação compreendida dessa maneira acaba por reduzir o aluno a um mero codificador, decodificador de conhecimentos, sem considerá-lo com um ser ativo e dinâmico, que participa da construção de seu próprio conhecimento. (RIBEIRO, 2011, p. 1)

O desafio consiste em compreender a avaliação enquanto um processo que compõem o ensino e aprendizagem, devendo ser contínua, cumulativa e sistemática.

Neste sentido, parafraseando Pereira e Souza (2004), é possível as caracteriza como: *Avaliação Formativa*: acontece durante o processo de ensino e de aprendizagem do aluno, objetivando obter informações sobre o desenvolvimento dos alunos e identificar falhas no processo, buscando a superação das dificuldades; *Avaliação Diagnóstica*: através desta o professor consegue perceber em que etapa do processo seu aluno se encontra, identificando as ações pedagógicas que melhor favorecem o desenvolvimento da aprendizagem do aluno; *Avaliação Mediadora*: se caracteriza pelo acompanhamento do processo de aprendizagem do aluno, buscando melhorá-la, professor e aluno discutem se ela aconteceu ou não e juntos buscam soluções para os problemas que possam surgir.

Observa-se assim a necessidade que existe na Educação Básica de buscar uma nova configuração para a avaliação, configuração esta que reorganize o saber e a aprendizagem, para que o professor não seja um caminhante solitário no processo, mas para que junto com os alunos ele consiga desenvolver as habilidades que articulem os conhecimentos com a realidade, objetivando a promoção de competências no aluno.

Neste sentido o saber é concebido como algo socialmente construído, partilhado por um grupo de agentes possuidores de uma formação

em comum que trabalham numa mesma organização e estão sujeitos a condicionantes e recursos comparáveis. A posse e a utilização desse saber encontram-se assentados no sistema que legitima e orienta sua definição. Os saberes da docência não são definidos apenas pelo viés social, todavia, são situados na interface entre o individual e o social (TARDIF, 2002, p. 43).

Observa-se assim que as práticas escolares são elementos embasados nas diferenças culturais dos alunos, e devem promover a ampliação do acesso de todos ao conhecimento.

Desta forma, a avaliação deve fazer parte deste processo, se fundamentando em práticas que levam em consideração a interação, o diálogo, a reflexão, e especialmente onde o erro e acerto não são posições com valores desiguais, mas manifestações de diferentes sujeitos, que se encontram em diferentes processos de conhecimentos mas que estão em busca de novas possibilidades, de saber e de fazer.

Algumas escolas já têm inovado de forma bem prática na forma de avaliar seus alunos e consequente se autoavaliar. Um exemplo disso são algumas escolas, que de acordo com Aula e Moreira (2014) tem como objetivo construir uma concepção de avaliação fundamentada na perspectiva sócio-histórico-cultural, que tem orientado nossa atuação como professores e como pesquisadores.

Estas escolas têm-se utilizado de dois modelos de avaliação: psicométrico (provas e testes para medir os conhecimentos e capacidades dos alunos) e dialógico (instrumentos e dinâmicas de avaliação: contrastes entre resultados e objetivos).

Os dois modelos são norteados pelos seguintes objetivos:

- (i) o fortalecimento de um contrato didático baseado em uma relação de confiança entre professor e estudantes, mediante a criação de oportunidades para os estudantes avaliarem o curso em termos das estratégias de ensino-aprendizagem e dos recursos mediacionais nele utilizados;
- (ii) o estímulo à tomada de consciência, por parte dos estudantes, acerca das implicações de suas atitudes e comportamentos para sua própria aprendizagem;
- (iii) a reorientação da prática docente por meio da avaliação feita pelos estudantes acerca da adequação das ações que compõem o sistema de atividade construído em sala de aula. (AULA e MOREIRA, 2014, p. 1)

Com isto pode-se dizer que ao se utilizar estes instrumentos a escola desenvolve nos alunos o protagonismo que está acompanhado de mais responsabilidade diante das ações desenvolvidas no processo de avaliação. Com isso a escola contribui para que os alunos sejam ouvidos, o que faz com que sejam ampliadas as possibilidades de seu engajamento em novas atividades.

Algumas inovações no processo de avaliar têm possibilitado uma discussão sobre o currículo escolar, em termos das habilidades fundamentais de leitura e matemática as quais ainda não têm sido garantidas a todos os alunos.

Não se pode deixar de levar em consideração ainda nesta análise sobre a forma de avaliação que compõem uma política de governo, que está atrelada ao partido político que exerce o poder no estado. Assim, a cada mudança de governo, novas concepções e práticas políticas de avaliação educacional estão sendo empregadas, porém o intuito é sempre o de verificar o rendimento dos estudantes.

“Os dados, levantados pelas pesquisas de avaliação externas, são redirecionados dentro do espaço escolar pelos seus atores, mas que não deixam de contribuir com o entendimento do sistema de ensino” (MESQUITA, 2012, p. 1)

Assim, aproximando dados quantitativos com o ponto de vista dos atores da comunidade escolar, a autora conseguiu evidenciar as contribuições dos dois campos de investigação refletindo sobre a escola e buscando mais qualidade na educação.

É preciso caminhar então no sentido de romper com uma prática de avaliação autoritária, seletiva e realizada ao fim do processo de ensino, com o intuito de implementar formas de avaliação mais democráticas e comprometidas com a aprendizagem do aluno.

A partir da leitura e reflexão dos artigos citados acima percebeu-se que a avaliação no contexto escolar apresenta diversas nuances, e deve ser entendida a partir do paradigma diagnóstico, contínuo e formativo.

O professor precisa desenvolver no aluno competências que o auxiliem na mobilização dos recursos (conhecimentos) que o permitam passar pelo processo de avaliação de forma natural. O aprendizado de competências,

realizar avaliações qualitativas e quantitativas devem fazer parte do cotidiano da escola e da sala de aula.

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) abre espaço para que as escolas possam escolher e delinear o caminho que irão trilhar, e isso ela pode fazer através de dois documentos oficiais essenciais: Projetos Político Pedagógico, Regimento Escolar e Plano de Trabalho Docente.

2.3. CONSIDERAÇÕES LEGAIS SOBRE AVALIAÇÃO

Ao se analisar os aspectos legais que norteiam a avaliação na escola, tem-se como primeiro documento norteador a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº. 9394/96, cujo Art. 13 observa-se a seguinte redação a respeito do papel do professor no processo avaliativo, cabendo a ele:

- I- participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II- elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III- zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV- estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V- ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI- colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996, p. 1).

No artigo 24 da referida lei encontram-se especificados os critérios que devem ser utilizados na verificação do rendimento escolar:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos (BRASIL, 1996, p. 1).

Isso vem reforçar o paradigma da educação que propõe uma avaliação continua, diagnostica e formativa, deixando para traz a ideia apenas somativa do processo de avaliação. Pensamento este que classifica e rotula alunos como aprovados e reprovados.

No Paraná tem-se alguns documentos que norteiam o processo de avaliação na escola, dentre eles destaque seja dado para a Deliberação 007/99 da Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná. Esta deliberação vem normatizar o processo de avaliação no Sistema Estadual de Ensino no estado do Paraná e aborda tanto a avaliação do aproveitamento escolar, quanto a recuperação de estudos e promoção de alunos nos Níveis de Ensino Fundamental e Médio.

Na referida Deliberação observa-se a seguinte redação:

Art. 1.º A avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor. (PARANÁ, 1999, p. 1)

Observa-se assim que a avaliação através desta orientação deve ser um instrumento a ser utilizado pelo professor para analisar as informações obtidas, avaliando as estratégias que utilizou e direcionando seu trabalho a partir dela.

Essa atitude vai contra à tendência tradicional, e cumpre sua função “sua finalidade educativa, sendo contínua, permanente e cumulativa” (PARANÁ, 1999, p. 2)

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Dom Carlos, evidenciou-se que a avaliação que a escola optou é a avaliação formativa, que tem função de informar ao professor e aos alunos tanto os avanços obtidos como as possíveis dificuldades e objetivos não atingidos, dando a eles a chance de mudar os rumos de sua prática, aprimorando a compreensão das dificuldades do educando e na dinamização de novas oportunidades de conhecimento.

A avaliação deve ser sem dúvida um processo dialógico, interativo, que visa fazer do indivíduo um ser melhor, mais participativo. Devemos prezar por uma avaliação que leve a uma ação transformadora e também com sentido de promoção social, de coletividade e de humanização. (PALMAS, 2011, p. 69)

Assim, para o colegiado da escola pesquisada a avaliação, assim como a educação, deve priorizar a formação do homem nos aspectos do seu pensar e agir. Ela deve visar a emancipação, voltada para a construção do sucesso escolar e a inclusão, como princípio e compromisso social.

De acordo com o Regimento Escolar desta mesma instituição a sistemática de avaliação do aluno será contínua, permanente e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos, de acordo com o Currículo e com os objetivos propostos pelo estabelecimento.

A nota do bimestre será a somatória dos valores atribuídos em cada instrumento de avaliação, sendo valores cumulativos em varias aferições, na sequência e ordenação de conteúdos, devendo constar no mínimo 03 (três) avaliações no registro de Classe do professor, sendo que os instrumentos sugeridos no documento são: avaliações escritas, pesquisas, tarefas, avaliação oral, trabalho individual e em grupo, atividades extraclasse, atividades de recuperação paralela, seminários, exercícios, entre outros.

Sendo que os critérios sugeridos são: aproveitamento (aquisição de conhecimento); capacidade de síntese, elaboração pessoal e atuação na realidade; atitudes demonstradas na compreensão de conceitos nas diferentes áreas de conhecimento; assiduidade, responsabilidade, pontualidade e comprometimento; criatividade, participação e desempenho e a socialização.

Após analisar a parte legal que ampara o processo de avaliação, iremos verificar como esse processo se dá na prática a partir da perspectiva do professor.

3 O DESAFIO DA AVALIAÇÃO NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR

A entrevista foi aplicada com cinco professores do Colégio Estadual Dom Carlos – Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante, uma escola da

rede estadual de ensino do município de Palmas – Paraná. O colégio oferta Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), Ensino Médio Regular (1º ao 3º ano), Formação de Docentes, Curso Técnico em Informática e Administração, com um total de 1307 alunos matriculados neste ano de 2014.

Dentre os cinco professores selecionados apenas três se dispuseram a participar da pesquisa. Os outros dois alegaram que a avaliação já é um tema corrente e que não gostariam de estar colaborando com a mesma. Outros professores foram procurados, mas como estavam envolvidos com seus projetos dentro da escola ou com estudos também não quiseram participar. Assim, apresenta-se na sequência os resultados obtidos com a colaboração de três profissionais que atuam no Ensino Médio da escola selecionada.

Após a aplicação das entrevistas com os professores pode-se destacar que a entrevista tinha um roteiro composto por onze questões que foram norteando o desenvolver da mesma. A entrevista acabou se tornando um espaço para troca de ideias entre o pesquisador e o entrevistado, sendo que para dar mais informalidade ao diálogo não foi efetuada a gravação em áudio das respostas, mas sim a anotação de pontos importantes que serão descritos a seguir.

Para garantir o respeito aos entrevistados os mesmos serão indicados como Sujeito 1 (S₁), Sujeito 2 (S₂) e Sujeito 3 (S₃).

A primeira questão indagava a respeito do que cada entrevistado entende por avaliação da aprendizagem. As respostas afirmaram que a avaliação é resultado de um processo de reflexão que leva o professor a perceber se o aluno conseguiu ou não atingir os objetivos propostos no início do processo, afirmativa que se articula com a afirmação do S₂, ao reconhecer que “a avaliação é um instrumento fundamental para fornecer informações sobre como está se realizando o processo ensino e aprendizagem”.

A avaliação do aprendizado foi apontada, também, como um instrumento que contribui para verificar se o aluno aprendeu ou não os conteúdos que foram desenvolvidos.

Um dos entrevistados indicou que a avaliação é uma “forma de disciplinar o aluno, cobrando um retorno do que foi ensinado, o conhecimento e comportamental que depende da formação de cada um; envolve a família” (S₁)

Isso evidencia a necessidade de repensarmos e discutirmos a avaliação, pois esta forma de encara-la já deveria estar superada tendo em vista os pressupostos legais que norteiam a avaliação no Brasil, através da LDB 9394/96 e dos documentos norteadores da avaliação no estado do Paraná, como visto no item anterior.

A indagação posterior buscou identificar a função que os professores atribuem à avaliação no processo de ensino-aprendizagem. Os entrevistados colocaram que a avaliação tem a função de diagnosticar como está acontecendo o processo, ajudando a coletar informações que permitem mudar o rumo do processo e corrigindo as distorções se existirem.

Um dos entrevistados destacou ela serve para “Verificar se os objetivos foram atingidos.” (S₃) e “Observar o desempenho do aluno, o que ele conseguiu alcançar; os objetivos propostos.” (S₁)

Novamente evidencia-se a necessidade de superar uma visão de avaliação com a função de verificação do desempenho do aluno. Os professores que se utilizam da avaliação buscando a verificação do rendimento dos alunos, acaba classificando-os como aprovados e reprovados, atuando sob a ótica da avaliação classificatória.

Segundo Hoffmann (1993, p. 12) “Isso acontece pela falta de compreensão de alguns professores sobre o sentido da avaliação, reflexo de sua história de vida como aluno e professor”

O terceiro movimento foi de compreender como os professores avaliam os seus alunos e que instrumentos utilizam para tal. Observou-se que os principais instrumentos são a participação, respeito, compromisso, o conteúdo em si, através de trabalhos, aplicação de provas bimestrais, capacidade de expressão oral, habilidade de manipular materiais pedagógicos descobrindo suas características e propriedades. “O aluno é avaliado observando basicamente dois aspectos: cognitivo e atitudinal. Instrumentos utilizados: leitura de textos, atividades em sala de aula e em grupo.” (S₁)

O que prevaleceu nas entrevistas, porém, foram alguns instrumentos mais tradicionais, sendo as provas individuais com e sem consulta, trabalhos individuais e em grupos.

Percebe-se assim que mesmo com um discurso mais atual, que leva em consideração o aluno como sujeito no fundo as práticas avaliativas giram em

torno de práticas tradicionais, onde o aluno é um sujeito passivo, que precisa demonstrar através de uma prova escrita o que aprendeu durante determinado período.

A avaliação precisa sair desta concepção e caminhar no sentido de se tornar uma oportunidade para que todos os envolvidos no processo, neste caso professor e aluno, tenham momentos de reflexão sobre a própria prática.

Nesse sentido, faz-se necessário redimensionar a prática de avaliação no contexto escolar. Então, não só o aluno, mas o professor e todos os envolvidos na prática pedagógica podem, através dela, refletir sobre sua própria evolução na construção do conhecimento. (ADAMUS, 1996, p. 1)

No decorrer da entrevista questionamos sobre as maiores dificuldades ao avaliar o aluno. Os participantes apontaram como dificuldades: a falta de compromisso dos alunos da rede pública, assim como também das famílias que não acompanham os alunos, não cobram a responsabilidade dos mesmos com o estudo, caracterizando a avaliação como um reflexo deste possível descomprometimento.

“É uma responsabilidade enorme, porque temos que construir sujeitos autônomos, mas somos obrigados a seguir as normas do Estado, às vezes contrariando os nossos ideais.” (S₃)

Para isso o professor precisa possuir conhecimentos necessários que o levem a compreender a realidade onde atua, para que sua prática pedagógica se torne mais dinâmica, criativa e inovadora. Só assim ele estará contribuindo para efetivar um sistema de avaliação que não seja excludente, mas que, ao contrário, inclua o aluno enquanto um sujeito crítico, ativo e que seja um partícipe dos momentos de transformação da sociedade.

No Projeto Político Pedagógico da escola como está proposto a metodologia de avaliação da aprendizagem do aluno, foi a indagação seguinte, todos foram unânimes em afirmar que a avaliação deve incidir sobre o aproveitamento (aquisição de conhecimento), capacidade de síntese, elaboração pessoal e atuação na realidade, mudança de comportamento, assiduidade, responsabilidade, pontualidade e comprometimento, criatividade, participação e desempenho; socialização.

Questionou-se então, como deveria ser a avaliação da aprendizagem nesse nível de ensino, ou seja, no Ensino Médio. Os entrevistados responderam que além da participação, do respeito, deveria ser dado um enfoque maior para os conteúdos. Onde os alunos deveriam ser avaliados pelo que sabem, não sabem e como compreendem os conceitos, os procedimentos e ainda se desenvolveram atitudes positivas em relação ao conteúdo trabalhado.

Foi apontado pelos entrevistados que existem diferenças, peculiaridades, inovações na sistemática de avaliação da aprendizagem nas diferentes escolas onde atuam, porém ainda falta em todas elas maior participação, engajamento e comprometimento por parte da família, que infelizmente tem participado pouco na vida escolar dos filhos, fazendo com que estes também não tenham o interesse necessário no contexto da escola e da sala de aula.

O professor é quem tem a responsabilidade de elaborar os instrumentos de avaliação que vai utilizar, os quais devem estar embasados no Regimento Escolar e na Proposta Pedagógica da escola onde atua, e ainda nas orientações emanadas da mantenedora da escola, seja ela pública ou particular.

Porém não se pode esquecer que os sujeitos da avaliação são o professor e o aluno. A partir do momento em que o professor tiver em mãos os resultados da avaliação ele consegue visualizar o nível da turma, e a partir daí deve rever, se for o caso, os conceitos e metodologias adotadas.

Um aspecto negativo apontado pelos entrevistados foram as avaliações externas realizadas na escola e que são propostas pelo governo federal (SAEB, PROVA BRASIL) estadual (SAEP), pois muitos gestores focam todo o trabalho do ano nestas avaliações deixando de lado, o principal elemento articulador do processo ensino e aprendizagem que é o aluno.

Analisando-se as falas dos entrevistados de forma geral pode-se destacar que a avaliação e a mudança de postura e de entendimento sobre ela ainda é um desafio a ser enfrentado pela escola como um todo, tendo à frente do processo a coordenação pedagógica, pois este processo precisa ser mais reflexivo e dialogante.

Para tanto se faz necessário uma boa dose de desejo de transformação e que a avaliação passe a ser considerada como parte integrante do processo ensino e aprendizagem, sendo diagnóstica, processual e que tenha como meta o sucesso dos alunos, apoiando-se em instrumentos diversificados e que envolva todos os sujeitos do processo educativo.

Desta forma o processo avaliativo será resultado de um trabalho em equipe, onde existe um desejo de mudança, uma escola que ofereça um ambiente de tranquilidade e que a superação dos desafios seja a meta dos professores e alunos, ou seja, onde a avaliação seja desenvolvida de maneira justa, consciente e coerente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar um estudo cuja temática é a avaliação foi um desafio em si tendo em vista que este tema, mesmo sendo debatido de forma frequente em cursos de formação e capacitação de professores, ainda tem sido um tema, cujos professores buscam a cada dia novas respostas para suas angústias e inquietações dada a sua complexidade.

No que se refere à coordenação pedagógica os desafios de trabalhar e abordar esta temática da avaliação já ficou visível neste estudo a partir da participação dos professores na pesquisa, onde a maioria dos professores selecionados encontrou uma justificativa para não participar da mesma.

No decorrer da pesquisa ficou evidente que a avaliação é regida por preceitos legais, que orientam para que a avaliação seja o mais democrática possível e leve em consideração todos os momentos do processo educativo, não ocorrendo de forma estanque em alguns momentos do processo, porém em muitas práticas é isso que se visualiza.

Neste sentido o papel do coordenador pedagógico é o de ser o articulador deste trabalho, agregando um planejamento da sua ação pedagógica na escola com uma ação eficaz de articulação junto ao grupo de professores com os quais atua e um assessoramento técnico à gestão da escola.

Na grande maioria dos casos estes elementos aparecem de forma desarticulada e podem ser articulados de forma específica a partir de uma orientação por parte dos coordenadores pedagógicos aos professores e especialmente a uma parceria em busca de soluções para dificuldades que vão surgindo no dia a dia da escola e do processo de ensino e aprendizagem.

A partir do momento em que o diálogo estiver presente neste cotidiano, professores, coordenadores pedagógicos e gestores, terão a oportunidade de uma real aproximação onde cada um assume sua parcela de contribuição para o sucesso do trabalho educativo com base no processo de avaliação da aprendizagem, superando os desafios que surgirem pelo caminho.

REFERÊNCIAS

ADAMUZ, Regina Célia. Avaliação Educacional: um reflexão. 1996. Disponível em <http://www.unopar.br/portugues/revfonte/artigos/7avaliacao/7avaliacao.html>. Acesso 10 jul 2014.

AULA, Helder de Figueiredo e; MOREIRA, Adelson Fernandes. Atividade, ação mediada e avaliação escolar. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 30, n. 1, Mar. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=. Acesso 18 jun 2014.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 38, n. 2, June 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022012000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso 18 jun 2014

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96** - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF/BRA: Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996. Disponível em www.planalto.org.br. Acesso 20 jun 2014.

CARDELLI, Douglas Teixeira; ELLIOT, Ligia Gomes. Avaliação por diferentes olhares: fatores que explicam o sucesso de escola carioca em área de risco. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 77, Dez. 2012 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362012000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso 18 jun 2014

ESTEBAN, Maria Teresa. Considerações sobre a política de avaliação da alfabetização: pensando a partir do cotidiano escolar. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, Dez. 2012. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782012000>.
Acesso 18 jun 2014

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mito & desafio**: uma perspectiva construtiva. 11. ed. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

KOETZ, Carmen Maria; WERLE, Flávia Obino Corrêa. Trajetória do sistema de avaliação do rendimento escolar do Estado do Rio Grande do Sul. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 77, Dez. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362012000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso 18 jun 2014

LÜDKE, M. & ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2ª ed. São Paulo: EPU, 2003.

MANCINI, Marisa Cotta; SAMPAIO, Rosana Ferreira. Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão. **Rev. bras. fisioter.**, São Carlos, v. 10, n. 4, Dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-35552006000>. Acesso 18 jun 2014

MARCONI, M. A. e LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Angela Maria; SOUSA, Sandra Zákia. A produção científica sobre avaliação educacional e gestão de sistemas e de escolas: o campo da questão entre 2000 e 2008. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 74, Mar. 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/scieloarttext&pid=S0104-40362012000100002&lng=en&nrm=iso>>. Acesso 18 jun 2014.

MESQUITA, Silvana. Os resultados do Ideb no cotidiano escolar. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 76, Sept. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362012000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso 18 jun 2014.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Metodologia científica aplicada ao Direito**. São Paulo: Thomson, 2002.

PALMAS. **Projeto Político Pedagógico**: Colégio Estadual Dom Carlos – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional. 2011.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Deliberação 007/99**, que trata das normas gerais para Avaliação do Aproveitamento Escolar, Recuperação de Estudos e Promoção de Alunos, do Sistema Estadual de Ensino, em Nível do Ensino Fundamental e Médio, no capítulo primeiro, que se refere a Avaliação do Aproveitamento Escolar. Curitiba: SEED, 1999.

PEREIRA, L. C.; SOUZA, N. A. de. Concepções e práticas de avaliação: um confronto necessário no ensino médio. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 29, p. 191-208, jan./jun. 2004.

RIBEIRO, Eliziane Tainá Lunardi. **Avaliação Escolar**: desafios e perspectivas. 2011. Disponível em <http://www.partes.com.br/educacao/avaliacaoescolar.asp>. Acesso 10 jul 2014.

SOUZA FILHO, Edson de et al . Avaliação de escolas públicas através de desenhos: um estudo comparativo de três escolas da cidade do Rio de Janeiro. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, June 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362010=iso. Acesso 18 jun 2014

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

VIEIRA, Vanize Aparecida Misael de Andrade; SFORNI, Marta Sueli de Faria. Avaliação da aprendizagem conceitual. **Educ. rev.**, Curitiba, n. spe2, 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602010000500003&lng=en&nrm=iso. Acesso 18 jun 2014.